

ATA NÚMERO 97/XII/2ª SL

28.novembro.2012 – 15h00

Aos 28 dias do mês de novembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Cerimónia de entrega dos Prémios Reportagem Parlamento dos Jovens

5. Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 37/XII/2.ª – Alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação - 15h45

- **Sindicato Nacional do Ensino Superior**

6. Audiência à Associação Portuguesa de Escolas Católicas - 16h30

7. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU relativo à Fundação Europeia para a Formação [COM(2012)588].

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer: PSD**

8. Relatório de avaliação intercalar do Programa Erasmus Mundus II (2009-2013) – COM (2012) 515

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer: Pedro Delgado Alves – PS**

9. Petição n.º 209/XII/2.ª da iniciativa de Gestos Marcam a Diferença que “pretendem que seja criado um banco alimentar escolar a nível alimentar”

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a): PSD**

10. Petição n.º 212/XII/2.ª da iniciativa de António Manuel Neves Vicente “pelo cumprimento das obrigações legais do Estado para com o ensino superior e a ciência”

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a): PS**

11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista, que solicita a audição do Secretário de Estado da Cultura, no sentido de debater as normas dos

concursos e a proporção de afetação de verbas entre as diferentes tipologias de concurso e apoio para 2013

- **Análise e votação**

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

Dia 04.dezembro.2012

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Presidente colocou à consideração dos presentes a inclusão, na Ordem do Dia, da apreciação de um requerimento do BE, entregue no dia anterior, pelas 15h30, para a audição do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, para prestar esclarecimentos sobre a distribuição do pequeno-almoço nas escolas.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) apresentou os fundamentos para o pedido urgente de audição, referindo que o Sr. Secretário de Estado tinha manifestado a disponibilidade para prestar informações sobre esta matéria, pelo que o BE retiraria o requerimento, caso houvesse intenção, por parte do Governo, de prestar esses esclarecimentos.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) pronunciou-se no sentido de o requerimento ser agendado para a reunião seguinte da Comissão.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) manifestou a sua concordância em relação ao conteúdo do requerimento, no caso de o mesmo ser discutido e votado.

Não existindo consenso em relação à inclusão do requerimento na Ordem do Dia, foi a mesma aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Presidente da Comissão comunicou que faria o contacto com o Governo, no sentido de aferir de existe intenção, por parte do Sr. Secretário de Estado, de prestar informação sobre esta temática.

2. Aprovação de atas

Foram aprovadas as atas das reuniões nºs 90 a 96, por unanimidade dos deputados presentes do PSD, do PS e do CDS-PP, registando-se a ausência dos deputados do PCP, do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Projeção de filme na Assembleia da República

O Presidente da Comissão informou que o realizador João Viana dirigiu uma comunicação à Comissão no sentido de projetar na Assembleia da República o filme "Ó Marquês anda cá abaixo outra vez", com a duração de 60 minutos e que envolveria custos de projeção de 50 €.

O realizador informa que o filme foi o destaque da nova secção Cinema de Urgência da edição do DocLisboa, conta com a participação de 19 realizadores nacionais como protagonistas e sintetiza os problemas destes profissionais.

Interveio a deputada Odete João (PS), referindo que não obstante se trate de um convite amável, a agradecer, a sua aceitação poderia gerar um precedente de difícil gestão. Não tendo havido mais intervenções, o Presidente da Comissão informou que se responderá em conformidade.

3.2. Relatórios das audiências concedidas

O Presidente da Comissão lembrou que tinham sido distribuídos os relatórios das audiências a Carlos Amaral (aposentado como professor do 1.º ciclo do ensino particular), AudioGest e GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes (sobre a liquidação de IVA em relação aos anos de 2008 a 2011) e assistentes de investigação e investigadores auxiliares do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), não se tendo registado intervenções dos deputados.

3.3. Parecer da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – sobre a Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto – Lei antidopagem no desporto

O Presidente recordou que a CADA remeteu em Setembro um parecer propondo a alteração do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 38/2012 e dado que o preceito interfere com competências da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), foi solicitado a esta que se pronunciasse sobre a alteração proposta, tendo-se pedido também pronúncia ao Secretário de Estado do Desporto e Juventude e dado conhecimento à CADA.

A CNPD pronunciou-se pela manutenção do articulado da Lei, não tendo havido pronúncia das restantes entidades. Nessa sequência, a Comissão deliberou manter o articulado da lei e deu conhecimento disso às 3 entidades.

A CADA remete agora novo parecer, com a seguinte conclusão: reafirmar o parecer de setembro, propor, em alternativa, a revogação do artigo 41.º daquela Lei, conhecimento a várias entidades, do Governo e da Assembleia da República.

Nesta sequência e dado que a Lei, que teve na origem uma Proposta de Lei apresentada pelo Governo, está consolidada na ordem jurídica, foi deliberado remeter informação aos Grupos Parlamentares e ao Governo, que têm o poder de iniciativa legislativa.

3.4. Comunicação da professora Maria de Fátima Ventura, 1.ª peticionária da Petição 83/XII - “Pede a consideração do apoio ao estudo, no 1.º ciclo, como componente letiva”

O relatório final da petição foi aprovado em 27 de março de 2012. Recentemente e na mesma linha, a professora tem vindo a questionar os horários dos professores e o conteúdo da componente não letiva. A matéria foi analisada pela Direção Regional de Educação e originou uma ação inspetiva da Inspeção Geral da Educação e Ciência, tendo ambas concluído que os horários atribuídos pela respetiva escola estão conformes com os preceitos legais aplicáveis.

No entanto, a professora questiona que a componente não letiva (aonde se integra agora o apoio ao estudo), que corresponde a 2 horas semanais, não é suficiente para todas as tarefas que se incluem na mesma. Nesta sequência, foi deliberado solicitar ao Senhor Ministro da Educação e Ciência que se pronuncie sobre a comunicação da professora.

3.5. Petição n.º 102/XII/1.ª, de Paulo Manuel Marques da Silva (Movimento “Pela defesa da escola de Parada”) – “Contra o encerramento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo da freguesia de Parada de Bouro”

O relatório final da petição foi aprovado em 23 de maio de 2012, tendo sido relator do mesmo o deputado Emídio Guerreiro (PSD). Posteriormente, na sequência de nova comunicação dos peticionários, foram solicitados pedidos de informação ao Ministro de Educação e Ciência e à Câmara Municipal de Vieira do Minho, com ponto da situação sobre o fecho da escola e as obras realizadas na estrada que vai ser utilizada para levar os alunos para o novo centro educativo.

A Câmara responde agora, indicando as obras que realizou, enquanto o Ministério da Educação e Ciência não deu mais informações. Nesta sequência, foi deliberado dar conhecimento ao peticionário da resposta da Câmara Municipal de Vieira do Minho.

3.6. Iniciativa que baixou à CECC

O Presidente informou que baixou à Comissão, em 19 de novembro, a Proposta de Lei n.º 108XII, “Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo”, sendo distribuída ao PS.

Verificando-se que a mesma está já agendada para apreciação no Plenário em 5 de dezembro, foi consensualizado não elaborar parecer.

3.7. Apreciação parlamentar 37/XII/2ª, ao Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, que procede à alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação

Tendo baixado à Comissão as propostas de alteração apresentadas pelo PS no âmbito da apreciação parlamentar, foram recebidos vários contributos das entidades do setor, que se encontram inseridos na respetiva aplicação informática e estão disponíveis no PLC e vai ser feita de seguida a audição do Sindicato Nacional do Ensino Superior.

Assim sendo, o Presidente da Comissão fixou o seguinte calendário para a tramitação subsequente do processo:

- Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares, em relação aos artigos em apreciação na especialidade – art. 5.º, 5.º-A, 9.º e 17.º - até ao dia 29 novembro (5.ª feira)
- Dia 30 novembro – distribuição do mapa comparativo das propostas
- Dia 4 de dezembro – discussão e votação na especialidade das propostas de alteração

4. Cerimónia de entrega dos “ Prémios Reportagem” do Parlamento dos Jovens

O Sr. Presidente da Comissão cumprimentou os jovens repórteres vencedores dos prémios Reportagem Parlamento dos Jovens 2012, bem como aqueles que foram distinguidos com menções honrosas, felicitando-os pelos trabalhos realizados e pelos prémios arrecadados, dando de seguida a palavra a cada um deles.

Os jovens repórteres premiados, na Sessão do Ensino Básico, foram os seguintes:

1.º prémio: Repórter Carla Sousa, da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Paredes, com o jornal *O Ideias Frescas*.

Menções Honrosas: Repórteres Gonçalo Valente, da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Monte da Caparica, com o jornal *O Cusco* e João Caramelo Soares, da Escola Secundária com 3.º ciclo do ensino Básico de São Pedro, com o jornal *O Broas*.

No Ensino Secundário, os jornalistas premiados foram os seguintes:

1.º prémio: Repórter Bárbara Pereira, da Escola Secundária Filipa de Vilhena, com o jornal *O Vilhenas*.

Menções Honrosas: Repórteres Daniel Mota, da Escola Básica e Secundária Oliveira Júnior, com o jornal *J3D* e Ana Isabel Silva, da Escola Secundária Henrique Medina, com o jornal *O Farol de Esposende* e *O Jornal da Medina*.

A repórter Carla Sousa agradeceu o prémio com que foi distinguida e dirigiu ainda um agradecimento à professora que a apoiou, à equipa do Parlamento dos Jovens, às colegas deputadas que participaram na sessão nacional e a todos os professores da escola e disse esperar que o programa continue a ter muito sucesso.

A repórter Bárbara Pereira agradeceu à equipa do Parlamento dos Jovens, aos professores que a apoiaram e aos colegas eleitos à Sessão Nacional, afirmando que o trabalho resultou da observação e da vivência dos dois dias que passou no Parlamento.

O repórter Gonçalo Valente considerou o prémio Reportagem uma boa iniciativa e disse esperar que o programa Parlamento dos Jovens continue o seu trabalho, que considerou muito válido.

O repórter João Caramelo Soares agradeceu a menção honrosa e afirmou ter apreciado a experiência que vivenciou na Assembleia da República. Referiu-se ainda à missão dos deputados e, relativamente ao momento de crise que se vive em Portugal, disse acreditar nos portugueses e nos políticos, considerando que saberemos ultrapassar a crise.

A repórter Ana Isabel Silva agradeceu o reconhecimento dado à sua reportagem e disse ser sempre uma grande honra estar na Assembleia da República.

O repórter Daniel Mota agradeceu a menção honrosa e considerou que todos os jovens, mesmo aqueles que não chegaram à fase da Sessão Nacional, contribuíram para a reportagem premiada.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Margarida Almeida (PSD), Carlos Enes (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Ana Drago (BE) e Isilda Aguincha (Coordenadora do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens), que saudaram os jovens premiados pela qualidade das reportagens apresentadas, considerando que permitiram divulgar, junto das escolas e da comunidade, o trabalho e as vivências dos jovens que participaram nas sessões nacionais. Reconheceram ainda o empenho e a dedicação dos professores que, ao longo do ano, apoiam os jovens nas diversas fases do programa.

O Sr. Presidente da Comissão, coadjuvado pela Sra. Deputada Isilda Aguincha e pelo Dr. Ricardo Araújo, vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, procedeu, seguidamente, à entrega dos certificados e dos respetivos prémios.

A documentação da cerimónia, incluindo a gravação, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 37/XII/2.ª – Alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação - 15h45

O Presidente da Comissão apresentou os representantes do Sindicato Nacional do Ensino Superior e deu-lhes a palavra para se pronunciarem sobre as propostas de alteração em análise, no âmbito da Apreciação Parlamentar.

Os representantes do Sindicato começaram por informar que não houve negociação coletiva por parte do Governo, prévia à aprovação do Decreto-Lei.

Transmitiram depois a preocupação em relação aos bolseiros que já são docentes, referindo que o Decreto-Lei reforça a dedicação exclusiva e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) já está a atuar em conformidade na análise dos pedidos de bolsas.

Indicaram ainda que o diploma estabelece que os bolseiros detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público a suspendem, o que implica a suspensão do regime de proteção

social que detinham, com consequências gravosas para os mesmos. Nessa sequência, indicaram que os Estatutos dos docentes do ensino superior lhes conferem a possibilidade, quando exercem outras funções temporárias, de descontarem pela remuneração da base, propondo que este regime se mantenha e que os n.ºs 3 a 5 do artigo 9.º sejam eliminados. Salientaram que se o bolsheiro pode continuar a lecionar, não pode suspender o contrato de funções docentes.

Manifestaram depois concordância com a proposta de alteração do PS em relação à alteração da alínea h) do n.º 3 do artigo 5.º, embora em relação a bolsheiros que já sejam docentes, proponham 6 horas semanais, de harmonia com os Estatutos de carreira.

Interveio, de seguida, a deputada Nilza de Sena (PSD) que questionou se estavam a falar de bolsas de pós-doutorados e não de doutoramento, acrescentando que considera que o bolsheiro é uma condição de pós- formação e não de emprego formal. Em relação à suspensão dos contratos dos docentes, perguntou quantos casos de bolsheiros haverá que tenham ficado a lecionar durante o período da bolsa, realçando que o regime instituído pelo Decreto-Lei pretende evitar abusos que se têm verificado.

O deputado Rui Pedro Duarte (PS) explicou as propostas de alteração apresentadas pelo PS, realçando a possibilidade de o bolsheiro prestar serviço docente, com um limite de 4 horas semanais e discordando de que essa situação seja apenas para os bolsheiros de pós-doutoramento. Salientou também que propõem que o pagamento da bolsa se mantenha sempre na situação de licença por parentalidade e em caso de doença.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) manifestou concordância com a dedicação exclusiva, com a consideração da bolsa como condição de formação, em regra 4 anos e não como uma situação de emprego e com a previsão de a acumulação com funções docentes só ser permitida em relação a bolsheiros de pós-doutoramento. Referiu a necessidade de prevenção de casos de abusos nas universidades e salientou que os bolsheiros que já são docentes suspendem esta relação jurídica, não a cancelando. Questionou depois como entendem que se pode compatibilizar a exclusividade com as horas de docência.

O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que o PCP propôs a revogação do Decreto-Lei, por entender que ele não é favorável aos bolsheiros, mas participará agora nas hipóteses de alteração do mesmo, realçando que apenas está em apreciação a alteração de 4 artigos. Realçou que a investigação dos docentes devia estar prevista pelas universidades e não ser desenvolvida através do regime de bolsheiro. Indicou que a bolsa devia ser temporária, transitória, mas tem sido uma forma de contratação precária e há pessoas que estão nesta situação há mais de uma dezena de anos.

Salientou ainda que está proibida a hipótese de o bolsheiro dar aulas remuneradas, mas não gratuitas e referiu que a alteração do Estatuto não reforça a proteção do bolsheiro e não impede os abusos que se vinham verificando.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que a bolsa é um subsídio para formação e a investigação por parte dos docentes deve ser feita por programas específicos, da FCT e não em regime de bolsa. Salientou ainda que a Fundação já está a aplicar a não acumulação da bolsa com contrato de trabalho em funções públicas, docentes, o que está a gerar vários problemas em relação a pessoas que já se encontravam nesta situação.

Os representantes do sindicato informaram depois que não têm apreciado a situação dos bolsheiros sem contrato em funções públicas, embora a tenham acompanhado, referindo que o novo Estatuto tentou evitar abusos. Realçaram que a Apreciação Pública não resolve os problemas, porque está limitada aos 4 artigos e propuseram uma alteração ao Estatuto em diálogo com as entidades parceiras, incluindo o sindicato.

Referiram que os apoios/financiamento da investigação, nomeadamente no caso dos docentes do politécnico, para prepararem o doutoramento, foram limitados e torna-se necessário retomá-los e desenvolvê-los. Defenderam ainda que a suspensão dos contratos de funções docentes é um erro e um fator de perturbação. Informaram também que impugnam o regulamento de bolsas da FCT.

Indicaram ainda que a acumulação deve ter lugar para os casos de bolsas de doutoramento, de 4 anos e de pós-doutoramento, de 6 anos, salientando que todas as bolsas são renovadas anualmente e exigem que o bolsheiro tenha sucesso, pelo que há sempre hipótese de reponderar a situação. Referiram que há situações de bolsheiros que anteriormente davam aulas e agora ficaram sem o poder fazer. Por último, referiram que os contributos do sindicato são minimalistas e só respeitam a alguns problemas, manifestando disponibilidade para uma análise mais alargada da matéria.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

6. Audiência à Associação Portuguesa de Escolas Católicas - 16h30

O Presidente da Comissão apresentou os representantes da Associação Portuguesa de Escolas Católicas (APEC) e deu-lhes de seguida a palavra.

Os representantes da Associação começaram por referir os estudos elaborados por Jorge Cotovio sobre o ensino privado e os contributos das escolas católicas, a nível de mestrado e doutoramento, tendo o próprio distribuído os 2 livros com esses estudos aos vários Grupos Parlamentares. O autor dos livros referiu que estas escolas garantem um projeto educativo próprio, de inspiração cristã.

Indicou que no 1.º livro se faz uma resenha da evolução do ensino privado, particularmente a partir do Marquês de Pombal, que instituiu a escola pública. Realçou que de harmonia com o estudo feito, os valores da despesa por aluno no ensino privado são muito inferiores aos do público. Mencionou ainda que no 2.º livro se refere que o ensino privado é maioritariamente religioso, tendo obtido os primeiros apoios na década de 1970, depois continuados com o PREC, e manifestou a esperança de que o Estado promova a diversidade e a liberdade de ensino, não absorvendo todo o ensino.

Os representantes da Associação propuseram depois a revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e referiram várias dificuldades das escolas privadas, a seguir mencionadas, indicando que o Estado as condiciona: os contratos simples não são acessíveis a todos, nomeadamente aos colégios novos (por o Estado não estar a celebrar novos contratos), os apoios às famílias são cada vez mais reduzidos, a maior oferta das escolas públicas asfixia os colégios. Realçaram, também, que no caso dos contratos de associação, os colégios fazem serviço público gratuito, salientando que não selecionam alunos e têm muitos com necessidades educativas especiais.

Referiram ainda que são olhados como concorrentes pelas escolas públicas e mencionaram que a criação dos mega-agrupamentos leva o Estado a pensar que já não precisa do ensino privado. Realçaram, por último, que a escola plural exige uma educação plural.

Interveio depois o deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que o PCP entende que a escola privada é supletiva e só deverá ser equacionada depois de o Estado garantir todas as necessidades da escola pública. Acrescentou que o Estado deve garantir a resposta pública e os contratos de associação serão para necessidades transitórias. Manifestou-se no sentido de que a escola pública, laica/republicana é um bem prioritário e mesmo que a escola privada seja mais barata, privilegiam a escola pública, considerando os custos da mesma no mesmo patamar dos custos da democracia.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) mencionou a importância dos contratos de associação e da sua avaliação, reconheceu a necessidade da diversidade de projetos educativos e defendeu que o Estado deve ter o mesmo custo com as escolas públicas e com as privadas, realçando que as escolas privadas participam no serviço público de educação. Perguntou ainda aos representantes da Associação qual a posição que têm em relação aos estudos do Tribunal de Contas e do Ministério da Educação e Ciência, considerando-os muito importantes.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) manifestou algumas discordâncias em relação aos comentários constantes do comunicado da Associação sobre os 2 estudos referidos, referiu que considera que o Estado não condiciona as escolas privadas e solicitou à Associação vários dados, nomeadamente o número de escolas da APEC com ensino recorrente e o número de alunos das mesmas com necessidades educativas especiais.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu que o Ministério e as escolas com contrato de associação iniciarão um processo de negociação, mencionou o reforço da autonomia das escolas públicas e defendeu a articulação e complementaridade entre as escolas públicas e as privadas.

Os representantes da Associação referiram depois que o facto de o Estado dever garantir a educação, não o obriga a ter só escolas públicas e a dirigi-las, considerando mesmo proibida essa direção. Manifestaram ainda agrado com o diálogo com o Ministério.

Saudaram os 2 estudos, do Tribunal de Contas e do Ministério da Educação e Ciência, mas indicaram que os mesmos utilizam critérios diferentes, o que gera confusão e limita a comparabilidade. Salientaram ainda que os estudos são incompletos, como eles próprios referem e consta dum artigo recente do Expresso, não indicando, por exemplo, os custos com o programa Magalhães e os da Parque Escolar e realçando que a média de alunos por turma também é diferente, gerando custos diferenciados.

Referiram que o ensino privado configura a liberdade de ensino e mesmo que fosse mais caro, tinha direito a existir e realçaram que as escolas com contratos de associação têm alunos com necessidades educativas especiais, alunos institucionalizados e não selecionam alunos, realçando que muitas vezes recebem alunos que são rejeitados nas escolas públicas e dão-lhes futuro.

Indicaram ainda que o Estado não investiu nos equipamentos, edifícios e manutenção das escolas privadas e isso não é refletido nos 2 estudos referidos. Em relação a um dos colégios da APEC referiram ainda que tem cerca de 1.100 alunos e três psicólogos a tempo inteiro, que não são pagos no âmbito do contrato de associação.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

7. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU relativo à Fundação Europeia para a Formação [COM(2012)588].

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio desta iniciativa, deliberação que vai ser comunicada à Comissão de Assuntos Europeus.

8. Relatório de avaliação intercalar do Programa Erasmus Mundus II (2009-2013) – COM (2012) 515

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

9. Petição n.º 209/XII/2.ª da iniciativa de Gestos Marcam a Diferença que “pretendem que seja criado um banco alimentar escolar a nível alimentar”

A petição não contém o nome completo e o documento de identificação dos peticionários, realçando-se que sendo coletiva é suficiente a identificação completa de um dos signatários.

Nesta sequência, foi deliberado dirigir ofício aos peticionários para fazerem a identificação completa do 1.º peticionário - a quem serão dirigidas as comunicações posteriores da Comissão - sob pena de, caso não seja suprida essa deficiência, se proceder ao arquivamento liminar da petição.

10. Petição n.º 212/XII/2.ª da iniciativa de António Manuel Neves Vicente “pelo cumprimento das obrigações legais do Estado para com o ensino superior e a ciência”

Apreciada a respetiva nota de admissibilidade, a Comissão deliberou admitir a petição, sendo indicado para relator da mesma o deputado Pedro Delgado Alves, do PS.

11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista, que solicita a audição do Secretário de Estado da Cultura, no sentido de debater as normas dos concursos e a proporção de afetação de verbas entre as diferentes tipologias de concurso e apoio para 2013

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento, chamando a atenção para a urgência de se ouvir o Sr. Secretário de Estado da Cultura sobre esta matéria, lembrando que a audição regimental na Comissão está prevista apenas para 19 de fevereiro.

O Sr. Presidente informou que foram propostas, ao Sr. Secretário de Estado, as seguintes datas para as audições na Comissão:

- 19 de fevereiro de 2013;
- 23 de abril de 2013;
- 11 de junho de 2013.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) considerou urgente conhecer os montantes dos apoios, pelo que entende que se justifica uma audição específica sobre esta matéria.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) mencionou que estes esclarecimentos devem ser prestados o mais breve possível, visto que não foi possível obter essa informação no debate relativo ao Orçamento do Estado. Assim, entende que a data da audição regimental só faz sentido, se for agendada uma específica sobre esta matéria.

Os Srs. Deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) anunciaram o seu voto favorável ao requerimento, visto não ter sido possível realizar a audição com anterior Secretário de Estado, na data prevista.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) chamou a atenção para o facto de a primeira audição dos membros do Governo não dever corresponder à audição do orçamento.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

13. Data da próxima reunião

Dia 04.dezembro.2012 – 15h00

A reunião foi encerrada às 18:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de novembro 2012

O PRESIDENTE
(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 4 de dezembro de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Carlos Zorrinho
Elza Pais
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender